A INDEPENDÊNCIA NO CEARÁ

Gen. RAIMUNDO TELES PINHEIRO
Do Instituto do Ceará

A INDEPENDÊNCIA NO CEARÁ: AS REBELDIAS REPUBLICANAS DE 1817 e 1824; PEREIRA FILGUEIRAS, TRISTÃO GONÇALVES E BÁRBARA DE ALENCAR

I — INTRODUÇÃO

Em abril de 1775, os fazendeiros americanos em pé de guerra, dispararam na ponte de Concord, Massachusetts, o célebre tiro que ecoou em todo o território e resultou no Congresso de Filadélfia, em 1776, e conseqüente proclamação dos direitos do homem, da democracia (declínio do absolutismo) e criação dos Estados Unidos da América — EEUUA.

Esse tiro foi ouvido na França, antes do fim do século XVIII, tonificou os ideais dos Enciclopedistas e apressou a deflagração da Revolução Francesa, o derramamento de muito sangue e propagação da democracia, e ricocheteou adubado para a América, incentivando o liberalismo, enfraquecendo o absolutismo e exacerbando o sentimento de autonomia e independência das colônias ibéricas submetidas ao jugo opressor dos sequiosos espanhóis e portugueses, contando com a ação persistente e vigorosa das sociedades secretas, particularmente da maçonaria, originária da Inglaterra e da França.

Assim, precedidas pelas agitações nativistas dos Mascates de 1711 (Vieira de Melo), de Pitangui de Minas (1719) e de Filipe dos Santos (1720), explodiu a Inconfidência Mineira de 1789, sonhada e preparada por intelectuais, brancos, burgueses e

funcionários, conhecedores da Constituição Americana e dos Enciclopedistas, e resultando no enforcamento do propagandista-mor Tiradentes, que foi esquartejado, teve seus despojos dispersos pelos caminhos das Minas Gerais, sua casa destruída e salgada, bem como na condenação de outros, cujas penas foram comutadas em degredo (Alvarenga Peixoto, José Álvares Maciel, José Vaz de Toledo, Francisco Antônio de Oliveira Lopes, Francisco de Paulo Freire de Andrade, Tomaz Antônio Gonzaga, Vicente Vieira da Mota, José Aires Gomes, João da Costa Rodrigues, Antônio de Oliveira Lopes, Vitorino Gonçalves, Salvador do Amaral Gurgel, padres José da Silva, Oliveira Rolim, Carlos Correia de Toledo, José Lopes de Oliveira, Cônego Luiz Vieira da Silva, Padre Manuel Rodrigues da Costa e Domingos Vidal Barbosa, os dois Resendes, todos influenciados pela Revolução Americana, pelos Enciclopedistas e pela Maçonaria. Quase todos regressaram ao Brasil, sendo que José Resende Costa e Padre Manuel Rodrigues participaram da Constituinte; seguida da Revolução Baiana de 1798, promovida por um grupo de mestiços, artífices e militares, que sofrem igual fracasso, com fuzilamento e derramamento de muito sangue (foram fuzilados os soldados Lucas Dantas do Amorim Tavares, Luiz Gonzaga das Virgens e Romão Pinheiro, alfaiates João de Deus Nascimento, Manoel Faustino dos Santos e Luiz Pires; escapou de qualquer castigo Cipriano Barata de Almeida, que foi futuro Constituinte).

Depois, já no século XIX, explodiu a Revolução Pernambucana de 1817, calcada nos ensinamentos dos Enciclopedistas, incentivada pela Maçonaria e o explosivo antagonismo reinante entre os portugueses e os nativos sequiosos de Independência e do sistema Republicano.

II — REBELDIA REPUBLICANA DE 1817

Assim, instigados principalmente por Domingos José Martins, negociante em Fortaleza e depois no Recife — após o haver sido na Inglaterra — que insuflou a reação contra os portugueses, resultando — em 2 de março de 1817 — no conflito ocasionado pela ordem de prisão dos mais atuantes militares e civis.

Ao receber ordem de prisão o Capitão José de Barros Lima, investiu ele contra o Brigadeiro Manuel Joaquim Barbosa, atravessou-o com a espada e o matou; também foi morto o ajudante de ordens do Governador Caetano Pinto de Miranda Mon-

tenegro, que não conseguiu sustentar a situação e se refugiou no Forte do Brum e, depois, recolheu-se ao Rio de Janeiro.

Vitoriosos os revoltados, com o apoio da população, organizou-se um Governo provisório presidido pelo Padre João Ribeiro Pessoa Montenegro e do qual participaram Domingos José Martins, José Luiz de Mendonça, Ten-Cel. de Milícias Manoel Correia de Araújo e Domingos Teotonio Jorge comandante das armas, tendo como secretário o Padre Miguelinno de Almeida e Castro.

E, com a finalidade de expandir o movimento republicano a todo o Nordeste do País, esse Governo enviou emissários para Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, para o qual mandaram, por mar, em jangada, Francisco Alves Pontes e Matias Pacheco, que foram presos na praia de Canoa Quebrada, perto de Aracati (27 de abril); e por terra o seminarista José Martiniano de Alencar (aluno do liberal seminário de Olinda), acompanhado por Miguel Joaquim César de Melo, com destino ao Cariri Cearense, onde gozava de grande prestígio a família Alencar do Crato (antes fora preso em Fortaleza, a 30 de março, como implicado o ouvidor João Antônio Rodrigues de Carvalho — amigo de Domingos José Martins e propagandista do liberalismo e da República que foi remetido para o Maranhão, em 30 de abril, e de lá para Lisboa).(*)

O seminarista Martiniano de Alencar chegou no Crato a 29 de abril e não perdeu tempo: procurou aliciar o seu padrinho vigário Miguel Carlos da Silva Saldanha, que indeciso, não se comprometeu; o capitão-mor Pereira Filgueiras, que após tremendas dúvidas, manifestou neutralidade e o Ten.-Cel. Leandro Bezerra Monteiro, que interpelado respondeu: "padre José, a Independência é prematura, e quanto à República, ter-me-á sempre contra ela, tendo em vista os malefícios da Revolução Francesa"; mas no dia 03 de maio, após a missa conventual na

---

(*) — Maçons cearenses, do litoral, implicados nos conciliábulos da República de 1817", além do Ouvidor João Antônio Rodrigues de Carvalho", que tiveram as asas cortadas pelo hábil e arguto Governador Sampaio. Antônio José Goes, Mariano Gomes da Silva, Luís Antônio da Silva Viana, vigário Antônio José Moreira, Ten.-Cel. João da Silva Feijó, o vigário de Arouches (Parangaba) Amaro Joaquim Pereira de Morais e Castro e o inspetor de algodão José Pacheco Spinosa. O Ouvidor Carvalho, que tomou posse aos 08 de maio de 1815, e pregou, no Ceará, o liberalismo e a república.

— "homem sem compostura, namorador e mulherengo, protetor acérrimo de todo malfeitor e criminoso", no dizer do Gov. Sampaio — esquecido do seu crédito político anterior, mais tarde fez-se monarquista liberal e foi membro do Supremo Tribunal de Justiça, senador pelo Ceará e primeiro Presidente da Província de Santa Catarina.
Faleceu aos 03 de janeiro de 1841.

Sé, o seminarista Alencar, apoiado por sua mãe Bárbara, pelos seus irmãos Tristão Gonçalves e Padre Carlos José dos Santos, e Inácio Tavares Benevides, Bartolomeu Joaquim Alves de Quental, e outros seguidores, leu a proclamação de Mendonça e proclamou a Independência e a República; dirigiu-se em seguida, com seus amigos e seguidores, à Câmara, içou a Bandeira Republicana, substituiu as autoridades e soltou os presos, e procurou aliciar outros municípios (no dia 04 o evento foi comemorado com banquete de congraçamento, na casa de D. Bárbara, com a participação dos filhos e amigos, inclusive Pereira Filgueiras e seu filho).

A seguir, a 05, o seminarista José Martiniano de Alencar, seu irmão Tristão Gonçalves, Inácio Tavares Benevides e outros deslocaram-se para a vila de Jardim e, apoiados pelo tio Leonel Pereira de Alencar, proclamaram a República.

Entrementes, o Ten.-Cel. Leandro Bezerra Monteiro comunicou-se com Pereira Filgueiras — que estava silencioso no seu sítio São Paulo — a princípio por intermédio do seu filho Gonçalo Luís Teles e, depois, por intermédio do Padre Francisco Gonçalves, conseguiu que ele apoiasse a causa legalista, planejaram a contra-revolução, e a 11 de maio concentraram as suas forças no Barro Vermelho, penetraram na vila, hastearam a bandeira real e prenderam José Martiniano (que reagiu com uma faca na mão), Tristão Gonçalves, Francisco Carlos, Padre Carlos José dos Santos, Bartolomeu Alves de Quental, que foram remetidos algemados a Fortaleza, via Icó; e restauraram a monarquia, reimpossando as autoridades.

Dona Bárbara conseguiu fugir com o vigário Miguel Carlos da Silva Saldanha, que foram aprisionados a 13 de junho na fazenda Cipó, na Paraíba, sendo igualmente conduzidos presos a Fortaleza. E a seguir, sucessivamente, para Recife e Salvador, onde sofreram longos padecimentos em cárceres infectos os 25 insurretos cratenses e outros, inclusive Antônio Carlos de Andrade, que lhes ministrou preciosos ensinamentos.

D. Bárbara foi libertada por mandado de 17 de novembro de 1820, e o Padre Carlos e Leonel por mandado de 17 de dezembro, e os demais em virtude de anulação da devassa pelo Tribunal da Alçada da Bahia em 1821...

Extinguiu, assim, no Crato e em Jardim, os únicos focos independentistas e republicanos, explodidos no Ceará, também extintos em Pernambuco e vizinhos.

Esse sonho frustrado dos Alencares e seguidores alcançados pelo braço da Justiça representada no Ceará pelo Gover-

nador Sampaio, por Leandro Bezerra Monteiro, Pereira Filgueiras, José Vitoriano Maciel, Manuel Joaquim Teles e João Lobo de Macedo, foi realizado cinco anos depois (setembro de 1822).

Qual o tributo pago em sangue por esses patriotas nordestinos independentistas e republicanos de 1817? Em Pernambuco e Salvador foram fuzilados o Padre Roma, Padre Miguelinho, Domingos José Martins, José Luís de Mendonça, Domingos Teotônio Jorge, José de Barros Lima, Henrique Rabelo (que foi decapitado e teve sua cabeça exposta nas ruas do Recife) e José Peregrino. (Conseguiram escapar, para posteriores ações varonis: José Martiniano de Alencar, Muniz Tavares, e Antônio Carlos de Andrada, futuros Constituintes e grandes congressistas e administradores, como Alencar).

Como os historiadores conceituaram esse movimento independentista e Republicano? Manuel Bonfim definiu-o "marco iluminado do nacionalismo brasileiro, porque em vão procuramos na nossa história marco de maior glória"; João Ribeiro assinalou que esse movimento emancipacionista "foi o de maior vulto então realizado"; Câmara Cascudo afirmou: "foi a mais linda, inesquecível, arrebatadora e inútil das revoluções brasileiras"; Múcio Leão expressa: "a Revolução Republicana de Pernambuco em 1817, é um dos movimentos mais gloriosos da História do Brasil"; e Oliveira Lima: "é a única Revolução Brasileira desse nome"; enquanto Belmiro Valverde a qualifica de "monumental epopéia". (Ressalte-se a ação eficiente da maçonaria).

III — INDEPENDÊNCIA

Com o desenrolar dos acontecimentos posteriores, inclusive com o regresso forçado de D. João VI à Europa, as medidas de recolonização decretadas pelas Cortes de Lisboa exacerbadas pelos liberais (que minimizaram os direitos e autoridade do Príncipe D. Pedro, pressionado para voltar a Portugal), os conflitos desabrochados entre portugueses e brasileiros no Rio, em Minas e em São Paulo, a resistência oferecida ao regresso de D. Pedro pelos patriotas (José Joaquim da Rocha, Januário da Cunha Barbosa, Gonçalves Ledo, Nóbrega da Cunha, Clemente Pereira, Martins Francisco, Antônio Carlos de Andrada, Evangelista Saião Lobato) apoiados vigorosamente pela Princesa Leopoldina, com a cooperação e assistência equilibrada de José Bonifácio, conduziram à proclamação da separação e Independência na colina do Ipiranga no célebre e inesquecível 07 de setembro de 1822.

E qual a repercussão desses acontecimentos no seio da população agitada e violenta do Cariri Cearense? E do Ceará?

O povo do Crato (que compreendia todo o atual Cariri), habituado a agitações políticas, aos 1.º de setembro de 1822 rebelou-se contra a Junta Governativa do Ceará e mandou a sua Câmara que se cumprisse as eleições para Deputados no dia 07 de setembro (antes do grito do Ipiranga). Depois, aos 16 de outubro, reunido em Icó, o Colégio Eleitoral estabeleceu o Governo Temporário, em oposição à Junta de Fortaleza; aos 21 de outubro a Câmara do Crato elegeu o Capitão-Mor José Pereira Filgueiras membro do Governo Temporário, o qual assumiu a sua Presidência a 19 de novembro e empossou o aludido Governo (demais membros o padre Antônio Manuel de Souza, vigário de Jardim, José Joaquim Xavier Sobreira, vigário de Lavras, Tenente-Coronel Antônio Bezerra de Menezes, de Icó, Maior Francisco Fernandes Vieira, dos Inhamuns, e Joaquim Felício Pinto de Almeida e Castro, de Quixeramobim).

À frente desse Governo marchou Filgueiras com tropas sobre Icó, dominou a Junta Portuguesa, prosseguiu na marcha sobre Fortaleza — que estava indecisa — nela penetrou triunfalmente a 23 de janeiro de 1823 e empossou o Governo por ele presidido.

A 03 de marco seguinte foi eleito, na Capital, outro Governo em substituição ao temporário, do qual fizeram parte: o Padre Francisco Pinheiro Landim, Presidente; Miguel Antônio Rocha Lima, secretário, e vogais: Tristão Gonçalves, Padre Vicente José Pereira, Joaquim Felício Pinto de Almeida e Castro, e Comandante das Armas Pereira Filgueiras.

Estava consolidada a Independência no Ceará!

Enquanto isso, a situação do Piauí era grave, os piauienses tiveram a nossa eficiente cooperação.

Aos 19 de outubro de 1822, na vila de São João da Parnaíba, o Coronel de Milícias Simplício Dias da Silva e o juiz de Fora João Cândido de Deus e Silva lancaram o grito de Independência; mas temerosos com a aproximação do Maior Fidié, comandante das armas do Piauí, Oeiras e de tropas maranhenses de São Luís por via marítima, fugiram para Granja e recorreram ao cearenses que organizaram tropas de Granja, de Sobral e da Ibiapaba (cerca de 200 homens) que, dirigidos pelo Capitão Luís Rodrigues Chaves, Cap. Nereu, Cap. Alecrim e Leonardo Castelo Branco invadiram o Piauí, e travaram algumas escaramuças até Campo Maior. Nesse interim, a 24 de janeiro de 1823, os patriotas piauienses de Oeiras (capital da Província) aderiram à Independência e empossaram uma Junta

Governativa sob a Presidência do Brigadeiro Souza Martins (futuro Visconde de Parnaíba).

Com o desenrolar desses acontecimentos, o Maj. Fidié, que procedente de Oeiras penetra em Parnaíba a 18 de dezembro de 1822, e lá permanecera inativo, retromarchou com destino a Oeiras, via Campo Maior; mas antes de chegar a essa vila, surpreendeu a tropa cearense-piauiense (sob o comando do Cap. Luís Rodrigues Chaves, Cap. Nereu, Cap. Alecrim e outros) no corte do rio Jenipapo, aos 13 de março — e bateu-os após cinco horas de luta sangrenta, na qual perdemos 200 mortos e feridos, além de 542 prisioneiros, e os Portugueses tiveram 80 baixas, mas perderam para os cearenses seu trem de guerra, pelo que Fidié desistiu de marchar sobre Oeiras e seguiu, sucessivamente, para Estanhado e Caxias, onde recebeu reforço de um contingente de São Luís e continuou a luta dos piauienses, cearenses e maranhenses.

Atendendo a renovados apelos do governo independentista piauiense, decidiu o governo cearense, em sessão de 18 de março de 1823, enviar em socorro de Oeiras o próprio comandante das armas José Pereira Filgueiras, acompanhado pelo primeiro vogal do Governo, Tristão Gonçalves Pereira de Alencar, delegando-se aos dois chefes "poderes na administração civil e militar, para que reunidos ou cada um de *per si*, tomassem as providências necessárias à defesa da causa da Pátria" e no mais que fosse conveniente, "a fim de manter a segurança pública e individual dos cidadãos, e bem geral dos povos" etc.

A 29 de março um embrião de Exército deixou Fortaleza com destino a Aquiraz, Aracati, Russas, Icó e Crato, onde chegaram a 05 de maio, angariando soldados e meios monetários.

Após inúmeras providências de ordem logística e administrativa, partiu Filgueiras a 27 de maio com destino a Várzea da Vaca (atual Campos Sales), e Oeiras, que a atingiu a 16 de junho, já estruturado o "Exército Libertador e Pacificador" sob o comando de Pereira Filgueiras (nomeado por carta do Imperador datada de 16 de abril, Comandante em Chefe, no posto de General); aí tomou providências diversas, inclusive quanto ao pagamento do soldo e repouso da tropa exausta pela longa marcha em péssimos caminhos e ambiente tórrido pela inclemência de um sol de forte seca.

Com seus elementos retemperados, partiu para Caxias, que atingiu a 23 de julho, completou o cerco com 8.000 homens e intimou Fidié à rendição. Este passou o comando a 27 ao seu substituto Manuel de Mesquita, que assinou a capitulação a 31 de julho.

Fidié foi preso, recolhido a Oeiras, depois ao Rio e a Portugal, atingiu o generalato e foi 22 anos comandante do Colégio Militar de Lisboa.

IV — REBELDIA REPUBLICANA DE 1824

Regressando vitoriosos do Piauí e Maranhão, os comandantes Pereira Filgueiras e Tristão Gonçalves chegaram ao Crato no dia 09 de janeiro de 1824, encontrando as populações com uma irritação sem limites, e o espírito de revolta que lavrava entre elas, pela dissolução da Constituinte por D. Pedro em 12 de novembro de 1823, se comunicou aos expedicionários, estabelecendo-se ligações entre e com as demais Câmaras.

(No mês seguinte à dissolução da Constituinte por D. Pedro, o deputado José Martiniano de Alencar deixou a Corte em princípios de 1824 e partiu em demanda do Ceará, com o intuito de levantar a revolta contra o despotismo do Imperador e, chegando ao Recife na companhia de Muniz Tavares, Henrique de Resende e outros deputados pernambucanos, tomou parte no grande Conselho que elegeu Manuel de Carvalho Paes de Andrade, Presidente de Pernambuco).

Nesse mesmo dia 09 de janeiro, debaixo desse mesmo clima e dessa irritação, a Câmara de Quixeramobim (então pertencente à Comarca do Crato), em reunião do povo, considerando a "horrorosa perfídia de D. Pedro I", resolveu declará-lo "excluído do trono e decaída a dinastia", ao mesmo tempo que elegeu um Governo Republicano sob a Presidência (por enquanto) de Pereira Filgueiras, que assumiria o Comando Geral das Forças da Província.

A seguir, partiu uma Delegação constituída pelo Padre Inácio Gonçalo de Albuquerque e Melo (mais tarde Mororó), Belarmino de Arruda Câmara e Antônio Francisco de Queiroz, com destino a Icó, e lá, convocada a Câmara, adere esta ao ato e expede comissões que vão entender-se com Russas e Aracati.

A do Crato adere a 02 de fevereiro e, ainda neste mês chegaram a Fortaleza Tristão Gonçalves e Filgueiras, onde prenderam imediatamente o Comandante da Força de Linha Francisco Félix de Carvalho Couto, restabelecendo a autoridade da Junta Governativa, da qual o primeiro era o Presidente e o segundo, o Comandante das Armas. (Já a esse tempo os pernambucanos haviam entrado em luta contra determinações do Governo Imperial).

Os cearenses procuraram firmar-se nos elementos pernambucanos, havendo deles obtido uma tipografia, na qual veio a ser publicado o primeiro jornal cearense — *O Diário do Governo do Ceará* — saído em 1.º de abril e dirigido pelo padre Mororó.

No dia 08 de abril realizaram-se as eleições do Grande Conselho do Ceará, sendo escolhidos Tristão Gonçalves (o mais votado), padre Joaquim Galvão, José Félix de Azevedo e Sá, padre Antônio José Moreira, José Inácio Gomes Parente e padre Manuel Pacheco Pimentel.

Mas a 14 chega a Fortaleza o Ten.-Cel. Pedro José da Costa Barros, nomeado primeiro Presidente da Província e a Junta Governativa insurgiu-se contra a posse de Costa Barros efetuada a uma hora da madrugada do dia 15, retirou-se para Parangaba, onde chegou Costa Barros e concertaram um acordo, dando-se a retirada de Tristão, Filgueiras e companheiros para a vila de Aquiraz (23), motivando uma proclamação de Costa Barros (24) assegurando os bons intuitos do Imperador.

No dia seguinte (25), os membros da Junta, com homens armados, acampam em Messejana, fazendo aí o seu quartel general; em seguida Filgueiras nomeia o Major Luís Rodrigues Chaves comandante do Corpo de Primeira Linha aquartelado na Capital, e o manda para ali efetuar a prisão de pessoas consideradas mais hostis, ordem que cumpriu (trancafiando o ouvidor Joaquim Marcelino de Brito, o Capitão-Mor da cidade Joaquim José Barbosa, o Major João Facundo de Castro Menezes, o Sargento-Mor Joaquim Delgado Esteves, o Coronel Martins Ribeiro e Francisco Xavier Torres, que são recolhidos à fragata inglesa "Jubilee").

No dia 29 deste, presentes mais de 100 pessoas, foi lida pelo padre Porciúncula, no Paço do Conselho da Câmara e perante ela, uma proclamação de Filgueiras propondo a demissão de Costa Barros, que de fato resignou sob protestos, e viajou para a Corte no brigue inglês "Mathilde", ficando o Governo nas mãos de Tristão Gonçalves, o mais votado dos Conselheiros tendo como Secretário o padre Mororó.

Esses acontecimentos foram imediatamente comunicados ao governo rebelde de Pernambuco, estreitando-se, assim, as relações de mútua solidariedade entre os dois governantes. No meio dessa convulsão, aos 22 de maio, o Presidente Tristão dirige à Província uma Proclamação convidando o povo, nobreza e clero a unirem-se a Pernambuco, oferecendo maior resistência ao Imperador e, concomitantemente, priva os portugueses dos cargos civis e militares.

A rebeldia generaliza-se e, enquanto isso, em Pernambuco a revolução exacerba-se: Paes de Carvalho, em 02 de julho, proclama a Confederação das Províncias Unidas do Equador, e lança às mesmas valoroso apelo para que todos se mantenham coesos: "Para salvação nossa estabeleçamos um Governo Supremo, verdadeiramente constitucional, que se encarregue de nossa defesa e salvação".

E conclama a todos para se reunirem no dia 17 de agosto, em grande Conselho, no Recife, (sem conhecimento desses fatos, o Coronel João de Andrade Pessoa (mais tarde Anta), comandante Geral da Vila de Granja, concita o povo "à luta pela independência da Pátria" (10 de julho), exatamente quando a Câmara do Icó (11 de julho) recusava-se a obedecer a Decreto de 25 de março que ordenava fosse jurada e observada a Constituição de D. Pedro I).

Em 26 de agosto o Ceará constituiu-se em República por deliberação do grande Conselho de 405 eleitores e representantes das várias Câmaras do Interior, assembleiados no Palácio do Governo, e com assistência direta das Câmaras da Capital, de Aquiraz e de Messejana, tudo sob a presidência de Tristão Gonçalves, e todos, solenemente, juram fidelidade à Confederação.

No dia 28 são eleitos deputados ao Congresso Federativo de Pernambuco: os padres José Martiniano de Alencar (diácono) (o mais votado), Manuel Pacheco Pimentel e José Costa Barros Jaguaribe, e Luís Pedro de Melo César, José Francisco de Gouveia Ferraz, José Ferreira Lima Sucupira, Francisco Manuel Pereira Ibiapina e João da Costa Alecrim, os quais se encaminham ao seu destino no dia 03 de setembro.

Nessas alturas os insucessos começam a manifestar-se. Deixando no seu lugar no comando das armas o coronel Antônio Bezerra de Sousa Menezes, seguiu Pereira Filgueiras para o Crato, onde já se encontrava o diácono Martiniano de Alencar, com o objetivo de fomentar convenientemente o movimento republicano e de aliciar novas tropas para a defesa da causa.

Chegando a Icó a 23, marcou para o dia 1.º de outubro o juramento à recém-criada República, o que de fato aconteceu; mas aí mesmo sofreu a primeira derrota por ter uma parte de sua tropa enviada contra os imperialistas na região de São Severino sido batida por Manuel Antônio do Amorim. Depois repôs a autoridade revolucionária de Jardim (onde os legalistas haviam assassinado Leonel Pereira de Alencar e um filho, a 28 de setembro), rumou Pereira Filgueiras para Pernambuco, através do território paraibano, mas teve frustrado o seu intento (uma fração da sua vanguarda, comandada por Maximia-

no — o Max, fora totalmente destroçada na fazenda Picada aos 17 de outubro tendo escapado apenas 3 dos 150 combatentes) e contramarchou para Icó e daí para o Crato, onde permaneceu até 23, quando foi esta vila ocupada pelo imperialista Francisco Pereira da Fonseca (antes, no dia 15, havia sido reconquistada aos revolucionários a vila de Jardim).

Além desses infaustos acontecimentos para a causa republicana, outros se desenrolavam na Capital: informados de que Luís Rodrigues Chaves, enviado a Pernambuco como seu emissário, bandeara-se para o imperialismo e marchava para o Ceará em missão contrária, deixou Tristão na Presidência o coronel José Felix de Azevedo e Sá, e deslocou-se para Aracati (12 de outubro) já na posse de Rodrigues Chaves, que instalara um Governo Provisório, que Tristão derrubou facilmente (18 de outubro).

Mas, nesse mesmo dia chegou a Fortaleza e desembarcou Lorde Cochrane, e intimou José Felix a obedecer-lhe, o que conseguiu, pelo que o manteve no Governo.

Em conseqüência a cidade jurou fidelidade ao Imperador, e Cochrane procurou pacificar os ânimos, prometendo anistia, inclusive para Filgueiras e Tristão. Mas, ouvidos seus oficiais, decidiu Tristão continuar a luta, pelo que se deslocou para Icó (20 de outubro), a fim de juntar-se a Filgueiras, na suposição de acharem-se integrais as suas tropas. Seguiu pela margem do rio Jaguaribe e no dia 31 encontrou tropas imperiais ao mando de Manuel Amorim e José Leão e, apesar de resistir bravamente, apesar de já quase só, foi abatido no lugar Santa Rosa (hoje Jaguaribara), ficando o seu corpo exposto ao tempo por muitos dias, mutilado e encostado a uma árvore, até que, de passagem por lá, Luís Rodrigues Chaves lhe deu sepultura na capela do povoado, e se seguiu o desmoronamento da efêmera República.

O coronel Antônio Bezerra de Souza Menezes, que fora a Uruburetama sufocar uma reação dos legalistas, passou-se para Baturité e foi preso no sítio Itãs, após haver licenciado seus homens.

A tropa de Filgueiras travara o último combate no sítio Batateira, nas proximidades do Crato (30 de outubro), tendo vencido os imperialistas comandados por Francisco Pereira da Fonseca; porém resolveu Filgueiras depor as armas (08 de novembro) e dirigiu-se, na companhia do diácono Alencar e outros republicanos, para a vila de Exu, Pernambuco, onde se entregou ao capitão Reinaldo Bezerra de Amorim e, ao ser conduzido para o Rio de Janeiro, faleceu na vila mineira de São Romão, vítima de febre palustre.

O diácono José Martiniano de Alencar foi preso na fazenda Pintado (14 de novembro) e entregue ao capitão Manuel Nunes de Barros, que facilitou a sua viagem para o Rio, recomendado à benevolência do Imperador pelo Bispo de Olinda, D. Tomás de Noronha, que estava em Pastoral na vila da Barra, onde escreveu Alencar a sua célebre "Súplica"... (E pôde ordenar-se em 1825).

E estava morta, sepultada e regada com sangue a Confederação do Equador, que teve muitos adeptos condenados e fuzilados (no Ceará e em Pernambuco): no Campo da Pólvora, depois Praça dos Mártires e hoje Passeio Público: Padre Gonçalo Mororó (manhã de 30 de abril de 1825), Pessoa Anta (idem), Francisco Miguel Pereira Ibiapina (07 de maio), Luís Inácio de Azevedo Bolão (manhã de 16) e Feliciano José da Silva Carapinima (dia 28); seguiram-se as comutações e o "tribunal de sangue" somente deu por finda sua missão em 20 de junho de 1826, em virtude do decreto de 17 de maio desse ano, pelo qual foram perdoados os réus não sentenciados e comutadas em metade as penas de degredo por mais de 05 anos, sendo em conseqüência postos em liberdade todos os presos não julgados, ficando à disposição da Relação de Pernambuco os condenados à pena de morte José Ferreira de Lima Sucupira, João Nepomuceno Canguçu, José Correia Campelo, frei Antônio da Purificação, Antônio Bezerra de Souza Menezes e José Ferreira de Azevedo.(3)

V — *Pereira Filgueiras, Tristão Gonçalves e Bárbara de Alencar*

A — Na segunda metade do século XVIII, proveniente da Bahia, chegou ao vale do Salamanca, no então município do Crato e atual de Barbalha, o português José Quesado Filgueiras Lima, casado com Maria Pereira de Castro, e na sua companhia o filho de quatro anos José Pereira Filgueiras que, depois criou-se, casou-se, constituiu família e seria Capitão-Mor do Crato, bem como teria relevante papel na história do Ceará, do Piauí e do Maranhão.

De estatura hercúlea, foi considerado homem de força hercúlea e de imenso prestígio pessoal e político: com o tempo, conviveu com lendas no vale caririense: "fanatizado pela população por sua valentia em inúmeras lutas, no Ceará, no Piauí e no Maranhão; na chefia do Governo Temporário, inicialmente do Cariri e a seguir no Ceará; no comando do Exército Libertador e Pacificador (segunda expedição ao Piauí), e na

crista dos acontecimentos da restauração da realeza na efêmera República de 1817 no Crato; na Confederação do Equador até dispersar suas forças na Chapada do Araripe (Crato), em 08 de novembro de 24, entregar-se preso na vila de Exu, e vir a falecer de febre palustre na vila mineira de São Romão, quando conduzido preso, ao Rio de Janeiro.

Como o julgava ou como o supunha o povo? "Propalava-se que seu cavalo corria sobre torres de igrejas, que seu clavinote suava e sua espada tinia à aproximação de inimigos; que agarrado com as mãos em um ramo de árvore suspendia o cavalo em que montava, abraçando-o nas duas pernas"; o que comprovou ter sido ele um prodígio de robustez.

E como foi julgado pelos contemporâneos cultos? Caldeira Brandt, na época da Confederação do Equador, informava ao Marquês de Resende "que um sertanejo Filgueiras, que não sabe ler, mas tem pacto com o diabo, em conseqüência do que não lhe entra chumbo"; para Muniz Tavares, João Brígido e Dias da Rocha "era Filgueiras um misto de bravura física, estupidez e maldade"; classificando-o ainda Dias da Rocha "de quase irresponsável pela mesquinhez de inteligência e ignorância crassa"; entretanto o arguto Governador Sampaio o classificou como "bom, pacífico e benfazejo".

É lícito acreditar-se que portava todas essas qualidades negativas um cidadão que esteve na crista dos acontecimentos político-militares em tão grande área e por tão longo período?...

B — *Tristão Gonçalves Pereira de Alencar Araripe*, filho de José Gonçalves dos Santos, português, e de Bárbara Pereira de Alencar, nasceu no vale do rio Salamanca, hoje de Barbalha e então do Crato, aos 10 de fevereiro de 1789, casou-se com Ana Porcina de Lima aos 11 de julho de 1810, na matriz do Crato.

Foi, depois, conhecido por "famoso tipo de homem, belo como Apolo e ousado como Titã, enérgico e decidido, não trepidava ante os maiores perigos; impunha-se por excepcionais qualidades militares de comando e de chefe".

Desde cedo participou com sua mãe, na direção das propriedades da família e das questões políticas, já costumeiras nos cearenses, que não admitiam posição neutra; pelo que empenhou-se nas lutas intestinas e adotou as idéias libertadoras procedentes do Recife, da França e dos Estados Unidos; assumiu a direção dos rebeldes contra a opressão absolutista dos portugueses e visando também a Independência e a República.

Com sua mãe, irmãos e vários parentes, sofreu quatro anos de ergástulo em Fortaleza e Salvador, mas nunca se deixou abater pelo infortúnio.

Anistiado, e voltando ao Ceará, retomou as atividades libertadoras, e chefiou o movimento de Independência das Câmaras Municipais do Crato e Icó antes de ter notícia da proclamação da colina do Ipiranga e do Rio de Janeiro, — participando com Pereira Filgueiras — do Governo Temporário empossado no Crato (19 nov. 1822) e, posteriormente em Fortaleza aos 23 de janeiro de 1823.

Organizou, com Pereira Filgueiras, o corpo de exército imperial para combater a reação reino no Piauí e no Maranhão, e forçou a rendição de Fidié em Caxias (o Maj. Fidié era oficial de elite experimentado nas guerras napoleônicas atingiu, depois, o generalato).

De volta a Fortaleza, filiou-se ao movimento revolucionário da Confederação do Equador, e se fez Presidente da República no Ceará.

Enfrentando corajosamente a reação dos portugueses e apaniguados do governo imperial, intentou, com Filgueiras, reunir suas forças às dos insurgentes pernambucanos e paraibanos, esvaindo-se o seu esforço; quase abandonado, foi abatido em Santa Rosa (Jaguaribara), ficando o seu corpo insepulto (31.10.1824), exposto vários dias até ser sepultado por Luiz Rodrigues Chaves.

Por sua vez as forças de Pereira Filgueiras foram dispersas no Cariri aos 08 de novembro de 1824...

Foi Tristão Gonçalves Pereira de Alencar Araripe verdadeiro revolucionário e mártir da Independência Nacional; ele, seus irmãos e parentes foram emancipacionistas decididos e de ação; deram a vida desassombradamente pela emancipação política do Brasil; foram mártires e heróis genuínos da Nacionalidade. Tristão Gonçalves e seu irmão José Martiniano de Alencar são dois grandes vultos da História Pátria por si e pela sua valorosa descendência ("Os Alencares" — Marechal Tristão de Alencar Araripe — *Revista Itaytera* — 1963/64).

C — *Bárbara Pereira de Alencar* é filha de João Pereira de Alencar e de Theodosia Rodrigues da Conceição; nasceu na fazenda "Caiçara", município de Exu, aos 11 de fevereiro de 1760 e casou-se com o português José Gonçalves dos Santos, comerciante de tecidos no Crato, onde se domiciliaram no sítio Lameiro. Rica, prestigiada pelo valor pessoal incomum e a categoria da família, D. Bárbara desfrutava do respeito e da consideração de todos, bem como, gozava da amizade do vigário local — padre Miguel Carlos da Silva Saldanha — e do Capitão-

-Mor do Crato José Pereira Filgueiras, ambos seus compadres, como também foi compadre do terceiro e último Capitão-Mor do Crato Joaquim Antônio Bezerra de Menezes (bisavô paterno do Gen. Teles Pinheiro). "Possuia visão larga, firmeza, decisão, iniciativa, pendor de chefe e inclinação política; D. Bárbara chefiava sua família" (Esperidião de Queiroz Lima).

Quando Arruda Câmara determinou ao padre João Ribeiro — seu íntimo amigo e segunda pessoa política — e a outros dos mais destacados portadores de sua ideologia, revolucionária que, vencida que fosse a revolução, se atribuísse o formal título de "heroína" a D. Bárbara, já então considerada a excepcional senhora revestida dos atributos que o título impõe, o que implicava num conhecimento prévio e exato, direto ou indireto, da pessoa da privilegiada.

No mesmo documento Arruda Câmara recomendava que quanto "ao adiantamento do filho de D. Bárbara o jovem José Martiniano de Alencar, então (1810), estudante no Seminário de Olinda" e que já teria revelado temperamento político com pendor de líder e estrutura espiritual aberta às solicitações das idéias subversivas em marcha (outubro de 1810).

De caráter político são estas recomendações a propósito da mãe e do filho, encontradas na carta-testamento, expressão da última vontade deixada por Arruda Câmara ao padre João Ribeiro Montenegro a este dirigida no dia 10 de outubro de 1810.

D. Bárbara, além disso, teve no Seminário de Olinda os sobrinhos padre João da Costa Agra, João Bandeira Marinho da Costa Agra e José Martiniano de Alencar (sobrinho) e o filho Carlos José dos Santos, que antecederam ao filho revolucionário futuro (1817 e 1824) José Martiniano de Alencar, que teve como mestres os "carbonários" de Recife padres Joaquim de Almeida Castro — padre Miguelinho — e João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro, ex-membro do "Aerópago de Itambé", ninho acadêmico de doutrinação político-revolucionária, fundado por Arruda Câmara em 1796 e dissolvido em 1810, suspeito de conspirar contra o regime vigente.

Logo, tudo indica que, recomendada por Arruda Câmara em seu testamento como "heroína", D. Bárbara deve ter participado de conciliábulos revolucionários antes da deflagração da revolução de 1817 e do apoio direto e integral aos seus filhos, parentes e amigos, motivo pelo qual foi presa em 13 de junho de 1817 e só libertada por mandado de dezembro de 1820.

D. Bárbara, a primeira mulher republicana do Brasil, recolheu-se à tranqüilidade da sua fazenda "Touro", nos limites do Ceará com o Piauí, até falecer aos 28 de agosto de 1832,

sendo seus restos mortais sepultados na capela de Itaguá, distrito de Campos Sales (*História do Cariri* — José Alves de Figueredo Filho — Ed. de 1964, padre Antônio Gomes de Araújo — *Revista Itaytera*, anos de 1963/64).

NOTAS

1 — O dia 04 de julho de 1776 é consagrado (ou deve ser) por todos os povos do Novo Mundo, e Thomas Jefferson, George Washington e Benjamim Franklin são símbolos da "Declaração dos Direitos do Homem" e do fortalecimento dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade.

2 — O Brigadeiro Leandro Bezerra Monteiro, Cel. Comandante do Regimento de Cavalaria de Milícias do Crato, Cavaleiro do Hábito de Cristo, proprietário do chão da atual cidade de Juazeiro do Norte, é trisavô paterno do Gen. Raimundo Teles Pinheiro, do vice-Governador Adauto e do ex-vice-Governador Humberto Bezerra.

3 — "A Confederação do Equador — afirmou Júlio César da Fonseca — foi um sonho, um desses sonhos eternos de reforma e transformação, foi um poder criador, olhando o futuro da Pátria, sem ambições e os preconceitos dos caçadores de glórias vãs."

BIBLIOGRAFIA

— *Pequena História do Ceará* — R. Girão — 3.ª ed. 1971.
— *Vida do Brigadeiro Leandro Bezerra* — José Denizard — 2.ª ed. 1978.
— "O Processo da Independência" — R. Teles Pinheiro — *Rev. do Inst. do Ceará* — 1984.
— "O Mito Pereira Filgueiras" — R. Teles Pinheiro — *Fiapos* — 1985.
— *Efemérides do Cariri* — Irineu Pinheiro — 1963.
— "Independência do Nordeste" — Ermínio de Brito Conde — *Cadernos do Cariri* — 1961.
— *A Revolução de 1817 no Ceará* — Luiz Teixeira de Barros — 1944.
— *História do Cariri* — J. Alves de Figueredo Filho — 1964.
— *D. Pedro e o Brasil* — Evertano Cruz — 1981.
— *O Visconde de Parnaíba* — Esmarago Freitas — Ed. do Inst. de Oeiras.
— *A Guerra de Fidié* — Abdias Neves — 2.ª ed. — 1974.
— *Revista do Instituto do Ceará* — tomo especial — 1924.